

Hage, José Alexandre A. *Política Energética no Brasil: sua participação no desenvolvimento econômico e no relacionamento internacional*. 2020. Curitiba: Editora Appris. 1ª Edição. ISBN: 9788547342012.

Rodrigo Pedrosa Lyra¹

¹Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. **E-mail:** rodrigo.lyra@usp.br. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-8027-9555>

Recebido em: 26 ago. 2020 | Aceito em: 23 dez. 2020.

RESUMO

O livro traz importante discussão acerca de aspectos políticos do uso de diferentes modais energéticos no Brasil. O argumento central dos autores é de que energia é poder, portanto o tema deve ser analisado e debatido como uma política de Estado, que pode beneficiar tanto o desenvolvimento nacional quanto as relações exteriores do Brasil. Trata-se de interessante contribuição para se debater os possíveis caminhos e escolhas a serem feitas pelos próximos governos.

Palavras-chave: Política Energética; Política Externa; Energia.

ABSTRACT

This book brings an essential discussion about the political aspects of the use of energy in Brazil. The authors' central argument is that energy is power, so the theme must be analyzed and debated as a State policy. Both national development and Brazil's foreign relations might benefit from this perspective. Therefore, it is an exciting contribution to discuss the possible paths and choices to be made by the next Brazilian governments.

Key words: Energy Policy; Foreign Policy; Energy.

Na literatura de Relações Internacionais, o tema de energia vem sendo analisado sob diferentes perspectivas, muitas vezes mais voltadas a aspectos econômicos. Levando-se em consideração que “energia é poder” (Hage, 2020, p. 13), o argumento central do livro é de que o tema não pode ser compreendido sem se analisar seus aspectos políticos tanto no âmbito doméstico quanto no âmbito internacional. No Brasil, a literatura já apresentou diversas tendências temáticas, como a “diplomacia do etanol” e possibilidades de desenvolvimento nacional através da exploração do Pré-Sal. Levando-se em consideração que discussões sobre energia são, por natureza, multidisciplinares, o autor organizou este livro com acadêmicos, diplomatas e pesquisadores que debatem o papel da energia na política nacional e nas relações exteriores do Brasil.

Os capítulos do livro podem ser analisados como pertencentes a três blocos temáticos distintos, porém complementares. No primeiro bloco, os três primeiros capítulos tratam de um panorama da energia no mundo, no continente sul-americano e no Brasil, conforme será explicitado no parágrafo seguinte. No segundo bloco, os três capítulos seguintes abordam questões jurídicas e epistemológicas sobre segurança energética e conteúdo local. Na terceira parte, os cinco últimos capítulos são dedicados a estudos de caso de diferentes modais energéticos. Em conjunto, os capítulos do livro analisam como a energia vem sendo utilizada, por diferentes governos brasileiros, como base para o desenvolvimento econômico e social, bem como seu uso nas relações exteriores do país.

No primeiro capítulo, o diplomata Paulo Roberto de Almeida apresenta os diversos usos da energia ao longo da história mundial e aborda os acertos e equívocos na política energética adotada pelo Brasil, ressaltando a centralidade da Petrobras nesse processo. Segundo o autor, ao contrário do ocorrido durante o governo FHC, no governo Lula a empresa se viu obrigada a adotar um perfil mais político em suas decisões, o que a obrigou a fazer investimentos com pouco custo-benefício. Esse argumento do autor, contudo, apresenta algumas limitações. Primeiro, porque já há trabalho indicando divergências de objetivos e de tomada de decisão entre a empresa e o governo, mesmo durante a gestão Lula, como mostra Carra, em *“A Petrobras e a integração da América do Sul: As divergências com o governo brasileiro (1995-2010)”*, tese de doutorado aprovada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2014. Segundo, porque muitas decisões políticas não ocorrem à revelia dos interesses de uma petrolífera estatal, que se beneficia comercialmente de sua relação política com o Estado em questão, conforme argumenta Victor *et al* no livro *“Oil and Governance: State-Owned Enterprises and the World Energy Supply”* (2011). Esses ganhos, contudo, são muitas vezes intangíveis e de difícil mensuração, segundo Pirog em *“The Role of National Oil Companies in International Energy Markets”* (2007) e Victor em *“On Measuring the Performance of National Oil Companies (NOCs)”* (2007).

No terceiro capítulo, Hage, Manduca e Canesin apresentam uma história da política energética no Brasil, analisando o contexto político doméstico e o papel da energia na promoção do desenvolvimento nacional e da política externa do país. Segundo os autores, há uma relação direta entre nacionalismo e política energética no Brasil. Quanto mais inflamado o sentimento nacionalista, maior será o uso da energia para fins políticos, como foi o caso dos governos de Getúlio Vargas, dos governos militares e do governo Lula. Essa é uma argumentação pertinente, ainda que a comparação entre governos com diferentes marcos regulatórios possa levar a conclusões equivocadas. Seria interessante analisar, de forma separada, governos de antes da Lei do Petróleo de 1997 e governos vindos após essa lei.

No segundo bloco temático, Paiva argumenta que o conceito de “segurança energética” apresenta diversas interpretações e que essa multiplicidade de significados favorece a compreensão da relação entre energia e segurança. No sexto capítulo, o conteúdo local é apresentado como um instrumento de política industrial, que, no caso do Brasil, tem sido importante, também, no adensamento das cadeias produtivas em torno da Petrobras. Schutte apresenta os argumentos a favor e contra uma maior flexibilização do conteúdo local e defende que a Bacia de Santos apresenta potencial para fortalecer as cadeias produtivas nacionais.

No último bloco temático do livro, a discussão sobre a influência política em decisões de política energética é analisada levando-se em consideração estudos de caso. Nesse sentido, importante contribuição à literatura é dada no sétimo capítulo, em que a discussão sobre o caráter político de empreendimentos energéticos, sendo o gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol) o primeiro exemplo, é analisada de forma empírica. Segundo Braga e Leister, mais do que uma necessidade técnica, o Gasbol foi um projeto político do governo FHC com objetivo de incorporar a Bolívia ao Mercosul, além de consolidar o Brasil como potência regional. Além disso, as razões técnicas e econômicas não estavam justificadas no momento da criação desse projeto. Essa é uma

contribuição interessante, uma vez que a literatura geralmente indica o governo Lula como aquele em que houve maior uso político do setor energético e da Petrobras, como foi o caso do autor do primeiro capítulo deste livro.

Nos dois capítulos finais, as autoras analisam o programa nuclear brasileiro. Enquanto Nunes traça um panorama histórico do uso da energia nuclear no Brasil entre os anos de 1950 e 1971, Matijastic amplia a análise para a partir de 1975. Nos dois capítulos, as autoras discutem as motivações políticas por trás do programa nuclear brasileiro. Nunes foca nas disputas entre grupos de interesse e argumenta que a política nuclear deve ser uma política energética de Estado. Matijastic sustenta a ideia de uma “duplicidade de intenções” no projeto do programa nuclear brasileiro: ao mesmo tempo em que as usinas nucleares se justificariam como um projeto de diversificação de fontes de energia, sendo importante para a geração de energia elétrica, as usinas também foram construídas para atender a interesses estratégicos.

As análises contidas no livro cumprem a função de trazer os aspectos políticos intrínsecos à discussão de energia no desenvolvimento nacional e às relações exteriores do Brasil. É inegável, após a leitura do livro, que a energia vem sendo um meio de criação de riquezas, não só no Brasil. Nesse sentido, são relevantes as discussões apresentadas nesta obra, uma vez que servem de base para o aprofundamento e resgate do debate nacional sobre as estratégias e os caminhos possíveis para a industrialização através da energia, bem como sobre o papel de diferentes modais energéticos, para além do petróleo - como o etanol e a energia nuclear – na consolidação da inserção internacional do Brasil.